

# Análise das Interações da Audiência Pública da CCJ sobre o Novo Código Eleitoral (PLP 112/2021) – 29/04/2025 –

## Gerado por IA

Este relatório apresenta uma análise das **296 participações de cidadãos** registradas durante a audiência pública realizada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em 29 de abril de 2025, sobre o Novo Código Eleitoral (PLP 112/2021). O objetivo é sumarizar as principais preocupações, sugestões e posicionamentos do público sobre os temas de Partidos Políticos, Federações e Propaganda Eleitoral, fornecendo um panorama claro para a análise dos senadores.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não refletem integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

**Total de participações: 296**

**Temas principais:**

### 1. Regras de Candidatura, Elegibilidade e Mandato (27%):

Cidadãos expressam forte preocupação com a integridade dos candidatos e eleitos. Há muitos pedidos por regras mais rígidas de elegibilidade (Ficha Limpa, proibição de condenados), limites claros para reeleição (especialmente para cargos legislativos e executivos),

fim de privilégios como suplência de senador sem voto, e maior rigor contra a troca de partidos. Também foram levantadas questões sobre cotas (gênero, raça), requisitos para candidatura (formação), inelegibilidade de militares, cumprimento de promessas de campanha e uso de títulos/cargos nos nomes de urna.

*Exemplo: "O código deve proibir condenados, ou quem esteja com processos em aberto, de se candidatar. Candidato tem que ser idôneo." (Anna L. - RS)*

**2. Reformas Políticas e Estruturais Diversas (15%):** Este tema agrupa sugestões de reformas mais amplas no sistema político. Destacam-se os pedidos pelo fim da imunidade parlamentar e das "mordomias" (benefícios extras além do salário), tornando os políticos mais próximos das regras aplicadas aos cidadãos comuns. Outras propostas incluem a implementação do voto opcional (não obrigatório), a redução do número de parlamentares, mudanças no sistema de governo (semipresidencialismo), e preocupações sobre a influência de benefícios sociais na decisão de voto ("compra de votos").

*Exemplo: "Acabar com as mordomias: político não tem que ser sustentado pelo povo. O salário já é abusivo." (Anna L. - RS)*

**3. Financiamento Político e Fundos Públicos (14%):** Há uma expressiva rejeição ao uso de dinheiro público para financiar campanhas eleitorais e partidos (Fundo Eleitoral e Fundo Partidário). Muitos cidadãos defendem que esses recursos seriam melhor aplicados em áreas essenciais como saúde, educação e infraestrutura. A sugestão recorrente é que partidos e candidatos busquem financiamento próprio ou privado, com mecanismos

robustos de auditoria e transparência nas doações e gastos. A flexibilização na prestação de contas gera desconfiança.

*Exemplo: "Por que o fundo eleitoral não é utilizado para educação, saúde, segurança ou lazer da população brasileira?" (Lourdes B. - RJ)*

**4. Propaganda Eleitoral, *Fake News* e Mídias Digitais (13%):** Os cidadãos demandam maior igualdade e ética na propaganda eleitoral, com tempo de rádio/TV mais equitativo entre grandes e pequenos partidos e foco nas propostas, não em ataques. A disseminação de "*fake news*" e o uso de Inteligência Artificial são vistos como grandes ameaças, com pedidos por fiscalização mais eficaz e punições severas e rápidas para os infratores, incluindo candidatos e plataformas digitais. Há um debate sobre como equilibrar o controle da desinformação com a liberdade de expressão.

*Exemplo: "Como vocês pretendem impedir o uso de 'fake news' nas propagandas eleitorais?" (Schelis A. - PR)*

**5. Estrutura Partidária e Sistema de Votação (13%):** Existe um descontentamento com o atual sistema partidário e de votação. Muitos cidadãos pedem a redução do número excessivo de partidos políticos, criticando o "fisiologismo" e a falta de ideologia clara. Há apoio significativo à adoção do voto distrital (puro ou misto) e ao fim do quociente eleitoral, buscando uma representação mais direta. A possibilidade de candidaturas avulsas (sem filiação partidária) também foi mencionada. Questiona-se a rigidez e a representatividade das federações partidárias.

*Exemplo: "A pergunta é: por que não se extingue o quociente eleitoral (injusto) e se adota o voto distrital?" (Alexandre C. - RJ)*

## 6. Segurança e Transparência do Processo Eleitoral (Voto Impresso/Auditável) (11%):

A confiança no processo eleitoral é uma preocupação central. Muitos participantes pedem explicitamente a implementação do voto impresso e auditável como forma de garantir a segurança e a possibilidade de verificação dos resultados das urnas eletrônicas. A demanda é por um sistema que permita ao eleitor conferir seu voto e que possibilite auditorias públicas e independentes para sanar dúvidas e aumentar a credibilidade das eleições. A publicidade da apuração também foi citada.

*Exemplo: "Sem eleição 100% auditável e sem voto impresso pela urna, para que eu possa confirmar, não existe eleição segura e confiável." (Eliana D. - SP)*

## 7. Transparência, Fiscalização e Combate à Corrupção (7%):

Cidadãos pedem mais mecanismos de transparência e fiscalização em geral, especialmente na prestação de contas de campanhas e partidos. A corrupção é vista como um problema endêmico, e há uma demanda por punições mais eficazes contra fraudes eleitorais e o uso indevido de recursos. Sugestões incluem maior acesso público a dados de financiamento, declarações de bens de políticos e fiscalização mais rigorosa das campanhas "na rua".

*Exemplo: "As mudanças na prestação de contas enfraquecem a fiscalização? Como garantir transparência e controle?" (Laércio A. - RO)*

Em resumo, as participações dos cidadãos na audiência pública sobre o PLP 112/2021 refletem um forte desejo por maior integridade, transparência e representatividade no sistema eleitoral brasileiro. Os temas mais recorrentes incluíram a necessidade de regras mais rígidas para candidaturas e mandatos (como ficha limpa e limites à reeleição), a ampla rejeição ao financiamento público de campanhas (Fundo Eleitoral/Partidário), a preocupação com a desinformação (*Fake News*) e a busca por equidade na propaganda eleitoral. Houve também expressiva demanda por reformas na estrutura partidária e no sistema de votação (com menções ao voto distrital e redução de partidos), e um clamor significativo pela segurança e auditabilidade do processo de votação, frequentemente associado à implementação do voto impresso. De forma geral, os comentários apontam para uma busca por um sistema político mais ético, justo, fiscalizado e conectado às expectativas da população.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página:

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=33523>